



Saraiva

Saraiva S.A. Livreiros Editores

CNPJ nº 60.500.139/0001-26 Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Saraiva S.A. Livreiros Editores (BM&FBOVESPA: SLED3 e SLED4), um dos maiores varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre e ano, encerrado em 31 de dezembro de 2015.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre e ano de 2015 (4T15 e 2015) e as comparações feitas em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil.

O resultado relacionado ao segmento editorial é apresentado nas Demonstrações dos Resultados Individuais e Consolidados da Saraiva S.A. Livreiros Editores na rubrica "Resultado líquido de operações descontinuadas", conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, em decorrência da venda do segmento editorial nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado em 18 de junho de 2015 com a Editora Ática S.A. As informações financeiras apresentadas no Relatório da Administração estão relacionadas exclusivamente às informações do segmento de Varejo. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi revisada pelos auditores independentes.

DESTAQUES VAREJO

Dentro do contexto de otimização da estrutura de capital da Saraiva, concluímos com êxito o processo de venda da Saraiva Educação (empresa que aglutinava os ativos editoriais e de educação da Companhia).

A Receita Líquida do Varejo somou R\$ 499 milhões (queda de 3,2% em relação ao 4T14). No ano de 2015 a receita foi de R\$ 1,8 bilhão (redução de 2,7% em relação a 2014).

As vendas comparáveis da rede de lojas físicas (SSS) mostraram queda de 2,9% no 4T15 versus o 4T14 e queda de 1,7% na comparação anual.

Importante crescimento de 7,9% do Lucro Bruto Ajustado no 4T15 em relação ao 4T14, alcançando R\$ 161 milhões. No ano o Lucro Bruto Ajustado encerrou em R\$ 581 milhões, valor 1,3% superior ao ano de 2014. A Margem Bruta Ajustada foi de 32,2% no 4T15, 330 bps acima do obtido no 4T14 (28,9%). Em 2015 a Margem Bruta Ajustada apresentou importante incremento de 130 bps, encerrando o ano em 32,8%.

As Despesas Operacionais recorrentes foram 10% superiores no 4T15 quando comparadas com o 4T14. No ano, excluindo os efeitos não recorrentes do 4T15, o crescimento foi de 7,3%.

O EBITDA no 4T15 foi de R\$ 330 milhões (4T14 foi de R\$ 7 milhões). Em 2015 o EBITDA foi de R\$ 329 milhões versus um EBITDA de R\$ 35 milhões em 2014. Essa expressiva variação é decorrente do reconhecimento no balanço da venda dos ativos editoriais concluída em dezembro/15. Excluindo-se o efeito da venda e as despesas extraordinárias reconhecidas no trimestre, o EBITDA recorrente no 4T15 seria de R\$ 5 milhões e de R\$ 3 milhões no acumulado de 2015.

Geração de Fluxo de Caixa Livre (antes do resultado financeiro) positiva em R\$ 29 milhões no 4T15, superior aos R\$ 23 milhões registrados no 4T14.

Contratação de uma nova loja no Shopping Nova Iguaçu - RJ, com previsão de inauguração para o final de abril/16. A loja terá 760 m² de área de vendas e refletirá os novos conceitos definidos pela Administração quanto a mix de categorias de produtos e aspectos de visual merchandising.

Fechamento em dezembro/15 da loja localizada no Leblon, Rio de Janeiro, em linha com a estratégia de encerrar operações de lojas com baixa perspectiva de geração de valor.

Relevante melhora na experiência de nossos clientes, conforme demonstrado por indicadores importantes. No site "Reclame Aqui", plataforma referência para reputação das empresas perante os consumidores, alcançamos 8,1 na nota de avaliação e passamos a ser classificados como "Nível Ótimo". Recebemos também o prêmio "Loja Mais Querida" na categoria Livraria e Entretenimento oferecido pela empresa "E-bit", especializada na avaliação dos consumidores do e-commerce.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Encerramento em março/16 das atividades da loja localizada no shopping Iguatemi, em São Paulo.

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Table with 10 columns: Varejo, 2015, 2014, A/A, 4T15, 4T14, A/A, 3T15, T/T. Rows include Receita Bruta, Receita Líquida, Lojas, E-commerce, Lucro Bruto Ajustado, Margem Bruta, Despesas Operacionais, EBITDA, etc.

Nota: (1) Exclui os efeitos da mudança de estimativa para obsolescência dos estoques (-R\$ 58 milhões). Nota: (2) Exclui os efeitos do resultado da venda dos ativos editoriais concluída em dezembro/15 (+R\$ 403 milhões), a mudança de estimativa para obsolescência dos estoques (-R\$ 58 milhões) e as despesas extraordinárias do 4T15 (-R\$ 19 milhões). Nota: (3) Lucro líquido antes da equivalência patrimonial.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

O ano de 2015 foi um dos mais desafiadores na história recente do Brasil, tanto no campo econômico, quanto no político. Como não poderia ser diferente, o setor de varejo foi duramente afetado, como podemos analisar pela queda recorde da atividade do setor, medida pela Pesquisa Mensal do Comércio ("PMC") do IBGE, de 4,2% ano contra ano. Considerando-se apenas o mês de dezembro, sazonalmente um dos meses mais fortes em termos de vendas, a queda foi de 7,2%. Analisando as vendas da categoria "livros, jornais, revistas e papeleria", onde somos líderes, a retração de mercado foi ainda maior, de quase 11% em 2015 versus 2014.

Apesar desse cenário, continuamos focados em nossos esforços contínuos de redução de despesas, melhorias de capital de giro e ganhos de margem bruta. Um resultado muito importante foi o crescimento de 330 bps da margem bruta ajustada do varejo quando comparada com o 4T14. Mesmo se excluirmos o efeito do INSS, que parou de incidir sobre o faturamento em novembro/15, a margem bruta ajustada foi 260 bps superior no 4T15 versus o 4T14. Essa melhora reflete o sucesso do plano de ação que vem sendo desenvolvido, com a estruturação das áreas de abastecimento e planejamento comercial e o aperfeiçoamento das ferramentas e algoritmos que tem contribuído para maior assertividade na precificação e sortimento.

Em relação às vendas, dado o panorama fortemente recessivo, apresentamos performance relativamente satisfatória com redução de receita pelo conceito de mesmas lojas inferior à queda do mercado. Segundo dados da consultoria de pesquisa de mercado GfK, ganhamos 1,6 p.p. de market share em valor na categoria livros em 2015, passando para 24,5%.

O ano de 2015 também marcou uma grande mudança em nossas atividades, com a venda dos ativos editoriais, o que nos permite agora um foco 100% dedicado às atividades do varejo, que englobam as lojas físicas e o e-commerce. Dentro do nosso plano de racionalização de recursos e investimentos seletivos, vamos inaugurar uma loja em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, após detalhados estudos de viabilidade que indicaram excelente potencial de geração de valor da unidade. Além disso, assinamos o retrofit (processo de modernização e revitalização) da loja do Jardim Sul em São Paulo, que deve acontecer até junho e realizamos projetos de facelift (mudanças pontuais) em 20 lojas da rede, deixando-as com uma experiência de compra mais agradável para nossos clientes.

O Projeto 25, que transformou o sortimento em 22 das 25 lojas programadas para recebê-lo (incluindo as categorias de Telefonia e Games), continua a obter bons resultados em termos de aumento das vendas por m². Na categoria Games, temos previsão de implementar o projeto de venda assistida em mais 2 lojas no 1S16, tendo em vista os resultados promissores obtidos nas 4 lojas em que o projeto foi desenvolvido inicialmente. Ainda dentro da estratégia de sortimento, continuamos com alguns projetos em desenvolvimento, com destaque para o início do rollout da categoria bomboniere, hoje presente em 5 lojas. Os resultados têm se mostrado positivos e há expectativa de implementação da categoria em outras unidades nos próximos meses.

Vale destacar ainda os esforços que a Companhia tem empreendido para a redução do capital de giro empregado. Temos uma ampla gama de iniciativas em curso, como a revisão da clusterização ideal de lojas e a implementação de ferramentas que favorecem a melhor gestão de compras e devoluções. Encerramos o ano de 2015 com uma importante redução de R\$ 60 milhões nos estoques (antes do ajuste na provisão para estoques obsoletos), comparativamente ao fechamento de 2014. Como nosso ciclo operacional considera a média dos últimos 12 meses, temos expectativas de reportar ganhos importantes nessa gestão ao longo de 2016.

O aumento das despesas verificado no 4T15, excluindo eventos não recorrentes, ocorreu principalmente por pressões inflacionárias e por conta do aumento nas despesas com pessoal de R\$ 6 milhões no período, devido ao dissídio da categoria e ao retorno da incidência do INSS sobre a folha de pagamento em razão da mudança nas regras da política de desoneração instituída pelo governo. Importante salientar que, mesmo com as razões explicadas do crescimento de despesas no 4T15, não estamos satisfeitos e por isso seguimos implementando uma série de medidas contínuas que assegurem o controle rigoroso dos custos. Temos diversas iniciativas em andamento, especialmente a renegociação de contratos e parcerias, e temos expectativa de capturar relevante geração de valor em 2016 com a racionalização dos gastos.

Concluímos a primeira etapa do plano de ação focado nos pilares estruturais que entendemos que definirão o sucesso da estratégia de nossos negócios. Obtivemos avanços importantes em todas as frentes: Experiência do Cliente, Gestão de Estoques, Nível de Despesas, Instrumentos de Gestão e Engajamento dos Colaboradores. Um importante indicador que ilustra a evolução da percepção dos clientes quanto à melhoria do nosso nível de serviços foi a conquista da nota 8,1 (atingindo o "Nível Ótimo" de reputação) na avaliação dos consumidores na plataforma "Reclame Aqui". Em 2016, iniciamos uma segunda etapa com a estruturação de uma série de iniciativas em cada um dos pilares estratégicos.

Em linhas gerais, o ano de 2015 foi de trabalho intenso e de muitos desafios para o negócio, mas os resultados alcançados em conjunto com as iniciativas em curso de aumento da eficiência operacional nos deixam confiantes para a construção de bases sólidas visando garantir nosso crescimento sustentável. Estamos cientes de que os desafios de 2016 serão ainda maiores, dado o cenário macroeconômico e político indefinidos até o momento, mas temos convicção de que estamos preparando a Saraiva para um novo ciclo de geração de valor.

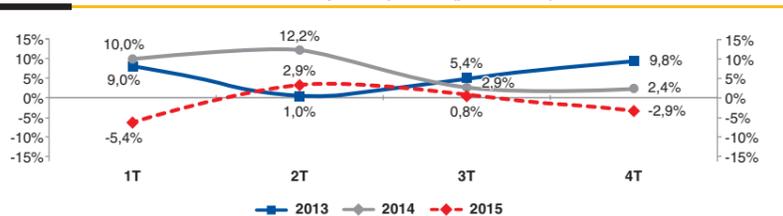
RESULTADOS DO SEGMENTO DE NEGÓCIOS VAREJO

RECEITA - A receita líquida do Varejo somou R\$ 499 milhões no 4T15, queda de 3,2% na comparação anual. A receita líquida anual encerrou 2015 em R\$ 1,8 bilhão, 2,7% inferior a 2014.

RECEITA LOJAS FÍSICAS - A receita líquida de vendas de lojas teve queda de 3,0% no 4T15 e de 2,9% no conceito de lojas comparáveis. No acumulado do ano a queda foi de 1,1% e 1,7%, respectivamente. Analisando relativamente no contexto da forte retração econômica, com queda de 3,8% do PIB em 2015, o desempenho é superior ao registrado por indicadores de mercado importantes, como o dado de vendas do comércio varejista, que registrou queda de 6,9% no 4T15 versus o 4T14 (fonte: Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE) e o indicador de movimento em shoppings, onde estão localizadas a maioria de nossas lojas, que teve recuo de 3,9% em dezembro (fonte: Ibope).



Desempenho das Vendas - Crescimento Nominal das Lojas Comparáveis (por trimestre)

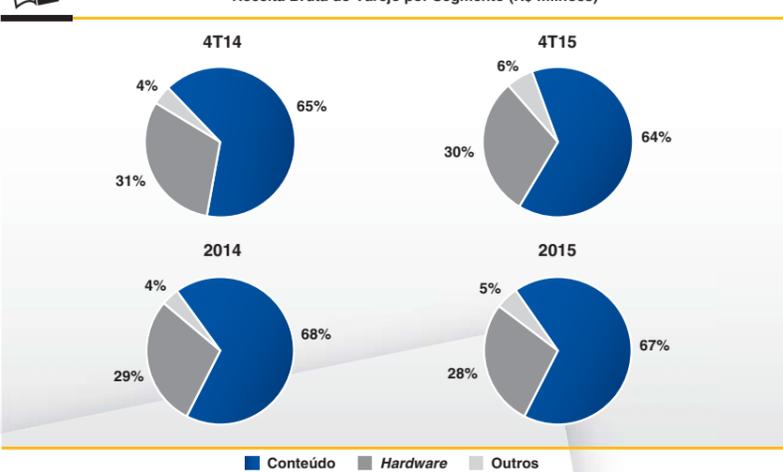


RECEITA E-COMMERCE - No 4T15 as vendas brutas do site Saraiva.com foram 1,7% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior e na comparação anual houve queda de 4,3%. Excluindo a venda de eletroeletrônicos e eletroportáteis, a variação trimestral foi 2,2% positiva, e no ano 2,6% negativa. As vendas líquidas somaram R\$ 143 milhões no 4T15, queda de 3,7% na comparação anual. Excluindo a venda de eletroeletrônicos e eletroportáteis, a queda foi de 3,2% na comparação com o 4T14, devido à baixa demanda, e ao direcionamento da Companhia na preservação das margens, com oferta de produtos e serviços acompanhada de rentabilidade. No ano, a receita líquida do e-commerce encerrou o período em R\$ 527 milhões, 6,2% menor em relação a 2014. Excluindo-se eletrônicos e eletroportáteis a queda foi de 4,6%.

A participação no total de receita bruta das operações do site de e-commerce em relação ao total das operações varejistas do Grupo ficou em 29% no 4T15 (versus 28% no 4T14). No acumulado do ano a participação ficou praticamente estável em 30%.



Receita Bruta do Varejo por Segmento (R\$ milhões)



MUDANÇA DE ESTIMATIVA NA PROVISÃO PARA ESTOQUES OBSOLETOS E DANIFICADOS

Com a conclusão da venda da operação editorial, a Administração da Companhia tem centrado esforços na operação do Varejo e revisitado uma série de processos fundamentais para o aperfeiçoamento da gestão. Considerando a rápida mudança que tem ocorrido com a dinâmica de vendas de algumas categorias de produtos nos últimos anos, em especial a deterioração de mercado observada nos segmentos de informática, música e filmes, aliados às especificidades inerentes à categoria de livros, que exige elevado grau de assertividade para a gestão de centenas de milhares de SKUs, a Administração aprimorou a estimativa de cálculo e alterou a provisão de obsolescência dos estoques ao final do 4T15, gerando um impacto extraordinário e sem efeito caixa, no valor de R\$ 58 milhões.

RESULTADO BRUTO - O resultado bruto ajustado do Varejo atingiu, no 4T15, R\$ 161 milhões, 7,9% superior ao resultado do 4T14. A margem bruta ajustada apresentou importante aumento de 330 bps, passando de 28,9% no 4T14, para 32,2%, no 4T15. No acumulado do ano a margem ajustada aumentou 130 bps versus 2014 encerrando o período em 32,8%.

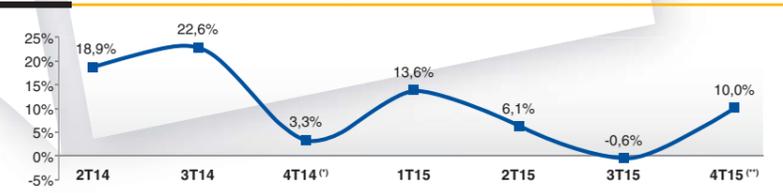
Considerando o efeito da mudança de estimativa na provisão para estoques obsoletos, o resultado bruto do Varejo atingiu, no 4T15, R\$ 103 milhões, 30,9% inferior ao resultado do 4T14. A margem bruta foi de 20,7% no 4T15 e de 29,5% no acumulado do ano.

DESPESAS OPERACIONAIS - A linha de despesas operacionais recorrentes no Varejo totalizou R\$ 156 milhões, representando um aumento de 10,0% se comparado aos R\$ 142 milhões reportados no 4T14. Em 2015 as despesas operacionais somaram R\$ 578 milhões, 7,3% acima do reportado em 2014.

Conforme o esperado, o conjunto de ações que vem sendo executado começou a surtir efeitos importantes no 3T15. O desempenho no 4T15 foi afetado por pressões inflacionárias e pelo crescimento na linha de pessoal em virtude do dissídio coletivo e o retorno da incidência de INSS sobre a folha, mas reforçamos nosso compromisso na busca por ganhos contínuos de eficiência. Por isso, a expectativa para 2016 é de melhoria da produtividade por meio da otimização de gastos, revisão de contratos e mudanças de processos.



Evolução das Despesas Operacionais (variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)



(\*) Excluiu dos itens não recorrentes reportados no 4T13. (\*\*) Excluiu despesas extraordinárias, principalmente com consultorias relacionadas ao processo de venda dos ativos editoriais e baixa de créditos de ICMS ST não reconhecidos pela SEFAZ-SP.

EBITDA - O EBITDA do Varejo totalizou R\$ 330 milhões no 4T15 versus R\$ 7 milhões no 4T14. No ano de 2015 o EBITDA alcançou R\$ 329 milhões ante um EBITDA de R\$ 35 milhões em 2014. A variação no EBITDA é explicada pelo reconhecimento contábil da operação de venda dos ativos editoriais concluída em dezembro/15. Desconsiderando a venda, o ajuste nos estoques e as despesas extraordinárias o EBITDA seria de R\$ 5 milhões no 4T15 e R\$ 3 milhões no ano de 2015.

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Table with 10 columns: Varejo, 2015, 2014, A/A, 4T15, 4T14, A/A, 3T15, T/T. Rows include Lucro Líquido (Prejuízo), Resultado financeiro, IR/CSLL, Depreciação e amortização, EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada.

Nota: (1) Lucro líquido antes da equivalência patrimonial. Nota: (2) Exclui os efeitos do resultado da venda dos ativos editoriais concluída em dezembro/15 (+R\$ 403 milhões), a mudança de estimativa para obsolescência dos estoques (-R\$ 58 milhões) e as despesas extraordinárias do 4T15 (-R\$ 19 milhões).

CAPITAL DE GIRO (\*) - A relação capital de giro/receita líquida passou de 20,9%, no 4T14, para 22,8%, no 4T15. O ciclo operacional do Varejo foi de 86 dias no 4T15 contra 87 dias no 4T14. O contas a receber passou de 55 dias, no 4T14, para 58 dias, no 4T15. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu em 1 dia, passando de 100 dias, no 4T14, para 99 dias, no 4T15. O prazo de pagamento a fornecedores aumentou 3 dias, passando de 68 dias, no 4T14, para 71 dias, no 4T15. Continuamos com as iniciativas para a redução do ciclo operacional, com foco na liberação do capital empregado, com expectativa de capturar os ganhos a partir de 2016. A redução de 15% no nível de estoques, excluído o ajuste na provisão de obsolescência, no encerramento do 4T15 já é um indicador que nos deixa confiantes na assertividade das ações em curso.

(\*) Para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses.

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA - O resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 31 milhões no 4T15 contra R\$ 18 milhões no 4T14. Em 2015 o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 89 milhões contra R\$ 55 milhões em 2014. O crescimento é reflexo do aumento do saldo médio da dívida e também o aumento das taxas de referência para o endividamento bancário (SELIC e TJLP).

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO - O lucro líquido do Varejo, antes da equivalência patrimonial, foi de R\$ 194 milhões no 4T15 versus prejuízo líquido de R\$ 13 milhões no 4T14, em virtude da contabilização da venda dos ativos editoriais concluída em 30 de dezembro. Em 2015 o lucro líquido foi de R\$ 239 milhões versus prejuízo líquido de R\$ 37 milhões em 2014.

INVESTIMENTOS (CAPEX) - Os investimentos efetuados no Varejo totalizaram R\$ 8 milhões no 4T15 versus R\$ 13 milhões no 4T14. No ano os investimentos somaram R\$ 22 milhões versus R\$ 47 milhões em 2014. Reforçamos aqui o direcionamento de racionalização no uso dos recursos, onde estamos sendo seletivos na execução dos investimentos, priorizando projetos com expectativa de retorno mais rápido.

LIQUIDEZ - Com a conclusão da venda da Saraiva Educação no final de 2015, parte da dívida líquida consolidada (linha BNDES contratada inicialmente pela Editora Saraiva) foi transferida junto com a operação.

A tabela seguinte apresenta informações sobre os vencimentos por linha de financiamento.

Tabela 3. Fontes de financiamento para capital de giro e investimentos utilizadas e respectivos vencimentos (R\$ mil). Table with 7 columns: Tipo de Transação, Custo médio (a.a.), Total, Até 2016, Até 2017, Até 2018, Após 2018. Rows include Linha BNDES, Capital de Giro/outros, Dívida Bruta Total.

Nota: (1) Custo médio ao final do 4T15 do saldo do contrato com o BNDES (2014), sem levar em conta o custo de fiança bancária e considerando a TJLP em 6,5% a.a. e SELIC em 14,25% a.a. (2) Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada do Grupo Saraiva em 31 de dezembro de 2015 (já excluindo a dívida líquida relativa à Saraiva Educação), que somava R\$ 515 milhões, contra R\$ 544 milhões no 4T14 e R\$ 786 milhões no 3T15. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, a dívida líquida encerrou o 4T15 em R\$ 293 milhões contra R\$ 243 milhões no 4T14 e R\$ 564 milhões no 3T15.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tabela 4. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Consolidado	4T15	4T14	A/A	3T15	T/T
<b>Tipo de Transação</b>					
Empréstimos e Financiamentos (1)	592.639	801.243	-26%	590.491	0%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	5.018	4.432	13%	2.942	71%
(+) Antecipação de Recebíveis	106.916	13.605	>500%	38.468	178%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	189.016	275.019	-31%	166.233	14%
(+) Passivos Mantidos para Venda (Saraiva Educação)	-	-	-	325.608	-
(-) Ativos Mantidos para Venda (Saraiva Educação)	-	-	-	5.521	-
<b>Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis</b>	<b>515.557</b>	<b>544.261</b>	<b>-5%</b>	<b>785.756</b>	<b>-34%</b>
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	222.036	301.324	-26%	221.710	0%
<b>Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis</b>	<b>293.521</b>	<b>242.937</b>	<b>21%</b>	<b>564.046</b>	<b>-48%</b>

Nota: (1) Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros derivativos.

Observação: Para o 1S16 estão previstos os recebíveis líquidos do pagamento de fornecedores do PNLD, no valor aproximado de R\$ 29 milhões.

Importante destacar que o valor atualizado da transação de venda dos ativos editoriais era de R\$ 777 milhões em 30 de dezembro de 2015. Desse total, foram retidos R\$ 395 milhões em *escrow account*, com previsão de liberação ao longo de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5. Venda dos Ativos Editoriais (R\$ mil)

Condições Contratuais de Preço	Dez/15
<b>Valor Total da Transação</b>	<b>776.599</b>
(-) Ajuste de Preço Contábil Estimado (Dívida Líquida e Capital Giro)	281.979
<b>Valor Líquido da Transação</b>	<b>494.620</b>
(-) Valor Recebido em 30/12/2015	99.165
<b>Valor a Receber em 2016 (*)</b>	<b>395.455</b>
<b>(*) Escrow Account</b>	<b>395.455</b>
(-) Depósito em Garantia para Ajuste de Preço (1)	133.897
(-) Depósito Garantia de Fornecimento PNLD (2)	261.558

Nota: (1) Previsto para junho/16, refere-se aos ajustes usuais para esse tipo de transação.

Nota: (2) Previsto para abril/16, a liberação ocorrerá assim que for concluída a formalização da transferência dos contratos de fornecimento de livros no âmbito do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

**NOSSAS LOJAS** - No 4T15, a Saraiva contava com 112 lojas em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Para o 2T16, temos expectativa da abertura da loja no shopping Nova Iguaçu no Rio de Janeiro.

Nosso foco continua sendo a extração de maior valor dos ativos existentes e renegociação ou fechamento de lojas sem perspectiva de geração futura de valor. Houve encerramento das atividades da loja do Leblon localizada no Rio de Janeiro no final de 2015 e da loja do Shopping Iguatemi em São Paulo no 1T16. Também estamos reavaliando nossa presença em aeroportos, em linha com essa mesma estratégia.

**LEV** - O leitor digital (*e-reader*) portátil da Saraiva, LEV, lançado no início de agosto de 2014, já conta com catálogo digital com mais de 486 mil títulos em língua estrangeira e 67 mil títulos em português.

**PUBLIQUE-SEI** - O Publique-sei completou, no 4T15, o total de 8,8 mil livros publicados versus 4,8 mil livros publicados até o 4T14. A vantagem dessa ferramenta é a comercialização do livro digital no maior site de varejo de conteúdo do Brasil. Mais de 12 milhões de visitantes têm acesso ao acervo de produtos e às obras do Publique-sei mensal.

**SARAIVA PLUS** - O programa de fidelização de clientes, denominado Saraiva Plus, é uma importante ferramenta de relacionamento com os clientes das lojas físicas e da Saraiva.com.br. O programa de fidelização Saraiva Plus contava com 12,3 milhões de clientes associados ao final do 4T15 versus 10,1 milhões de clientes no 4T14.

**MERCADO DE CAPITAIS**

Os indicadores a seguir resumem a movimentação das ações da Saraiva no ano de 2015 em comparação com o ano de 2014.

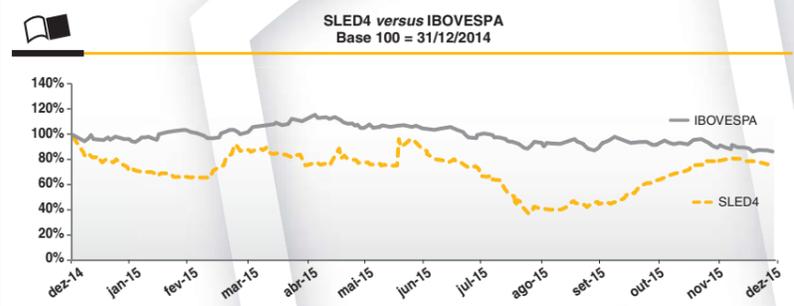
Indicadores (*)	2015	2014	Variação
Número de Negócios (1)	102.585	114.107	-10,1%
Participação nos Pregões - % (1)	100,0	100,0	0,0%
Quantidade Negociada - mil (1)	51.112	30.093	69,8%
Volume negociado - R\$ mil (1)	231.031	457.505	-49,5%
Preço da ação - R\$ 1	4,93	6,45	-23,6%
Total de Ações em Circulação - mil	26.686	26.686	0,0%
Valor de Mercado - R\$ milhões	132,2	220,6	-40,1%

Fonte: BM&FBOVESPA

(1) Referente ação PN (SLED4).

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

As ações preferenciais (SLED4) apresentaram uma desvalorização de 24% nos últimos 12 meses. No mesmo período o Ibovespa apresentou variação negativa de 13%. Em 30/12/2015 o valor de mercado da Saraiva era de R\$ 132,2 milhões.



**ESTRUTURA ACIONÁRIA**

O capital social subscrito e realizado da Saraiva é de R\$ 391,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, representado por 28.596.123 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON), e 18.973.810 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 1.894.378 ações preferenciais e 15.700 ações ordinárias em tesouraria.



Ações ON 34%



Ações PN 66%

**DIVIDENDOS**

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2016, apresentou a proposta de retenção do dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 22 milhões, equivalentes a 25% do saldo do lucro líquido do exercício, para Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, pois sua distribuição se mostra incompatível com a atual situação financeira da Companhia.

**COLABORADORES**

O Grupo finalizou o ano de 2015 com 4.531 colaboradores (5.839 em dezembro de 2014). O Grupo tem investido em programas de qualificação e treinamento, criando oportunidades e valorizando a experiência de compra de seus clientes.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, desde o final de 2013, o Grupo possui uma área de Governança, responsável por concentrar e organizar os controles internos da Companhia. A partir de janeiro de 2014 a área de Auditoria Interna tornou-se independente, não reportando mais à Diretoria Financeira e integrando a Diretoria de Governança. Essa Diretoria, na qual está inserida a Auditoria Interna, apresenta reporte direto à Presidência, e possui também uma área de Proteção de Ativos subdividida em Prevenção de Perdas, Canal de Denúncias e Processos de Inventário.

A Auditoria Interna estabeleceu como meta aplicar as melhores práticas, em linha com empresas que possuem alto nível de governança no mercado, além de padrões determinados pelos órgãos de governança (Ex.: IIA - Institute of Internal Auditors). Desta forma, ficou estabelecida a estruturação e direcionamento dos trabalhos da Auditoria Interna com foco em riscos, priorizando aqueles mais críticos e que impactam diretamente os objetivos de negócios e planejamento estratégico do Grupo.

Foi iniciada no final de 2014 e realizada durante o ano de 2015, uma Análise Geral de Riscos (AGR), com o objetivo de identificar, classificar e detalhar os principais riscos envolvidos nas atividades, áreas e estrutura do Grupo e qualificadoros de risco que evidenciam sua exposição.

A Análise Geral de Riscos (AGR) foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, apesar de não estar formalmente estabelecida uma Política de Gestão de Riscos. A área de Governança auxilia a Administração no mapeamento, análise e no devido tratamento dos eventos de risco que possam afetar os negócios da Companhia.

O resultado desse projeto propiciou a definição de um plano anual de Auditoria Interna para 2016 com foco em riscos, que foi formalmente aprovado pela Diretoria de Governança e Presidência da Companhia.

**SUSTENTABILIDADE E AÇÕES SOCIAIS**

A Saraiva também canaliza recursos para o Instituto Jorge Saraiva (IJS), uma instituição de ensino sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento integral de crianças com idades entre dois e cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e cognitivo. Fundado em 2004, a primeira sede do Instituto foi instalada no bairro da Lapa, em São Paulo, e atendia inicialmente 40 crianças. Em 2008, transferiu suas instalações para a região da Freguesia do Ó, na capital paulista, ampliando sua capacidade de atendimento para cem alunos.

Proporcionando uma alternativa de educação à comunidade, é destinado às famílias que desejam vivenciar um aprendizado de qualidade e que buscam uma formação humanista e crítica, voltada à promoção da autonomia.

De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, oferece atendimento de maternal e pré-escola, ambos em horário integral. Por meio de atividades lúdicas, os alunos são estimulados a exercitar suas capacidades motoras, a fazer descobertas e iniciar o processo de alfabetização.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pelo Grupo Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 508 mil.

Em atendimento à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, informa-se que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a KPMG prestou outro serviço referente a procedimentos previamente acordados no valor de R\$ 31 mil.

**ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO**

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas da Editora, autorizando sua conclusão nesta data.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, emitido nesta data.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, autores, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2015, sem o qual não teríamos alcançado os resultados do ano.

São Paulo, 28 de março de 2016.  
A Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)**

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14			31/12/15	31/12/14		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.111	169.461	126.503	275.019	Fornecedores	16	39.885	38.831	369.951	385.745
Aplicações financeiras	4	-	-	62.513	-	Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	17	13.399	21.165	16.131	50.613
Contas a receber de clientes	5	82.476	135.372	318.360	421.602	Empréstimos e financiamentos	14	13.386	50.549	324.495	503.677
Estoque	6	8.831	161.141	289.462	556.954	Obrigações sociais e trabalhistas	19	3.309	14.081	32.580	33.964
Impostos e contribuições a recuperar	7	10.716	21.659	145.746	154.615	Impostos e contribuições a recolher	18	335	4.269	2.846	6.125
Outros créditos	7	2.119	9.629	15.561	34.087	Imposto de renda e contribuição social	-	794	-	28.018	123
Contas a receber pela venda do segmento editorial	8	-	-	337.111	-	Direitos autorais a pagar	11.808	24.208	11.808	24.325	24.325
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	37.658	-	Participação dos administradores	-	-	639	-	639
Despesas antecipadas	-	547	1.517	5.608	2.470	Dividendos e juros sobre o capital próprio	22.255	1.219	22.255	1.219	3.444
Total do ativo circulante		107.800	498.779	1.338.522	1.444.747	Receita diferida - programa de fidelização	15	-	-	1.994	3.444
						Arrendamento operacional - locação de lojas	27	86	943	11.068	10.883
						Outras obrigações	-	914	1.326	25.310	32.311
						Total do passivo circulante		106.171	157.230	846.456	1.053.068
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	14	19.696	230.433	351.393	297.566
Empréstimos com partes relacionadas	10.a)	128.055	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	667	17.816	667	21.828
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	-	-	12.521	22.686	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	2.429	1.851	23.283	19.150
Depósitos judiciais	20	15.354	13.868	43.770	33.859	Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	2.077	2.021
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	-	38.101	37.479	Outras obrigações	-	1.977	5.648	2.306	5.648
Contas a receber pela venda do segmento editorial	8	-	-	26.779	-	Total do passivo não circulante		24.769	255.748	379.726	346.213
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	45.591	-						
Outros créditos	-	29	7.857	927	8.121	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Investimentos:						Capital social	21.a)	279.901	279.901	279.901	279.901
Em controlada	11	353.635	277.663	-	-	Ações em tesouraria	21.b)	(30.919)	(30.919)	(30.919)	(30.919)
Em controlada em conjunto	-	-	164	-	164	Plano de opção de ações	21.e)	4.965	4.897	4.965	4.897
Outros	-	23	430	158	565	Reservas de lucros	-	258.877	187.428	258.877	187.428
Imobilizado	12	26.384	32.865	99.361	118.341	Ajustes de avaliação patrimonial	21.f)	11.670	11.279	11.670	11.279
Intangível	13	24.154	53.822	145.004	206.037	Dividendos adicionais propostos	-	-	19.884	-	19.884
Total do ativo não circulante		547.634	386.669	412.212	427.052	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	21.h)	524.494	472.470	524.494	472.470
						Participação de não controladores	-	-	-	58	48
						Total do patrimônio líquido		524.494	472.470	524.552	472.518
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>655.434</b>	<b>885.448</b>	<b>1.750.734</b>	<b>1.871.799</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>655.434</b>	<b>885.448</b>	<b>1.750.734</b>	<b>1.871.799</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para plano de opções de compra de ações	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da Controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva estatutária						
<b>SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2014</b>											
Dividendos adicionais propostos - AGE realizada em 29 de abril	21.c)	-	-	-	-	-	19.543	-	515.686	55	515.741
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(19.543)	-	(19.543)	-	(19.543)
Plano de opções de compra de ações	21.e)	-	-	345	-	-	-	5.754	5.754	(7)	5.747
Aquisição de ações para permanência em tesouraria	-	-	(25.996)	-	-	-	-	-	345	-	345
Proposta de destinação do lucro líquido:									(25.996)	-	(25.996)
Reserva legal	21.d)	-	-	-	-	-	-	(288)	-	-	(288)
Dividendo mínimo obrigatório - juros sobre o capital próprio	21.c)	-	-	-	-	-	-	(1.367)	(1.367)	-	(1.367)
Dividendos adicionais propostos - juros sobre o capital próprio	21.c)	-	-	-	-	-	19.884	(4.099)	(2.409)	-	(2.409)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>											
Dividendos pagos	21.c)	-	-	-	-	-	19.884	-	(19.884)	-	(19.884)

continuação

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Vendas de produtos, mercadorias e serviços	-	-	1.899.085	1.938.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	5	-	(2.161)	(2.320)
Outras receitas operacionais	-	-	12.887	14.678
			<b>1.909.811</b>	<b>1.950.922</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Matérias-primas consumidas	-	-	5.796	36.026
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.335.284)	(1.337.372)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(963)	1.954	(306.996)	(266.990)
Outras despesas operacionais	-	-	(375)	(270)
	(963)	1.954	<b>272.952</b>	<b>382.316</b>
<b>RENTES</b>				
Depreciações e amortizações	(2.348)	(2.179)	(38.978)	(37.779)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>271.891</b>	<b>82.239</b>	<b>238.882</b>	<b>8.039</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<b>268.580</b>	<b>82.014</b>	<b>472.856</b>	<b>352.576</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Equivalência patrimonial	11	(158.186)	(39.866)	-
Receitas financeiras	26	22.661	3.915	20.561
		(135.525)	(35.951)	20.561
		<b>133.055</b>	<b>46.063</b>	<b>493.417</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>				
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Empregados - pessoal e encargos sociais	24.888	28.555	244.338	233.570
Governo - impostos, taxas e contribuições	759	1.721	(18.089)	(17.412)
Cretores financeiros - despesas financeiras, excluindo o IOF	13.704	10.033	98.180	70.452
Locatários - alugueis	-	-	73.274	70.750
Acionistas - constituição de reservas de lucros	93.704	5.754	93.704	5.754
Participação de não controladores	-	-	10	(7)
		<b>133.055</b>	<b>46.063</b>	<b>493.417</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(178.240)	(76.491)	(180.322)	(19.441)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	12 e 13	4.346	2.180	40.975
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-	(2.161)	2.320
Provisão para perdas com estoque	6	-	60.714	(4.668)
Provisão para perda de valor recuperável	12 e 13	-	632	489
Equivalência patrimonial líquida do ajuste de lucro nos estoques do Varejo - ICPQ 09 e realização do valor justo calculado sobre aquisição de investimento	11	158.186	39.866	-
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e investimento	12 e 13	1.434	(1.815)	1.646
Encargos financeiros e variação monetária sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		(3.652)	7.433	187.278
Plano de opções de compra de ações	21.e)	68	345	68
Outras provisões operacionais		5.479	(6.401)	(34.506)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	5	(68)	-	79.462
Estoques	6	-	-	56.853
Outros ativos operacionais		(2.341)	695	(371.401)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	16	-	-	(45.431)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.096)	737	55.394
Pagamento de juros por empréstimos e financiamentos		(3.785)	(7.775)	(36.177)
Cessão de crédito de fornecedores com terceiros		-	-	(26.716)
Outros passivos operacionais		(29.730)	(1.057)	(36.254)
Caixa gerado pelas atividades operacionais descontinuadas		215.821	37.973	214.932
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		150.422	(4.310)	(37.199)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(5.282)	(150)	(27.761)
Aquisição de empresa controlada líquida do caixa		-	(4.711)	(4.711)
Recebimento por venda do ativo imobilizado	12 e 13	3.378	167	3.601
Aplicações financeiras	4	-	-	(60.000)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	391
Empréstimos concedidos a controlada líquidos dos valores devolvidos	10.a)	(115.231)	-	-
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento - operações descontinuadas		(186.361)	(19.330)	(76.108)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(306.874)	(20.813)	(11.095)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(21.045)	(22.248)	(21.045)
Aquisição de ações para permanência em tesouraria		-	(25.996)	(25.996)
Financiamentos obtidos - BNDES	14	-	-	54.447
Empréstimos obtidos para capital de giro	14	10.709	15.540	442.739
Empréstimos concedidos a controlada líquidos dos valores devolvidos	10.a)	-	121	-
Empréstimos obtidos com a controlada líquidos dos valores pagos	10.a)	-	(23.165)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos		(57.032)	(49.275)	(542.366)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento - operações descontinuadas		57.470	292.676	20.450
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(9.898)	187.653	(100.222)
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(166.350)</b>	<b>162.530</b>	<b>(148.516)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Saldo inicial		169.461	6.931	275.019
Saldo final		3.111	169.461	126.503
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(166.350)</b>	<b>162.530</b>	<b>(148.516)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Saraiva S.A. Livres Editores ("Controladora"), fundada em 1914, é sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, tem como acionista controlador o Sr. Jorge Eduardo Saraiva.

A Administração da Controladora implementou, em junho de 2015, reorganização societária com o propósito de consolidar o segmento editorial representado pela produção de conteúdo para educação básica, ensino técnico e ensino superior, em especial para a área do Direito e soluções educacionais, na Saraiva Educação Ltda. ("SE"), nova razão social da Érica Ltda. ("Érica"), através de contribuição para aumento de capital com acervo líquido, no montante de R\$ 134, relacionado aos negócios editoriais, o qual pode ser demonstrado como segue:

ATIVO	PASSIVO
<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e financiamentos
15.200	2.172
Contas a receber de clientes	Obrigações sociais e trabalhistas
123.812	12.676
Estoques	
31.370	14.848
Outros créditos	
3.788	
<b>174.170</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Realizável a longo prazo	Empréstimos e financiamentos
5.789	208.166
Investimentos	Outras obrigações
29	4.083
Imobilizado	
4.568	212.249
Intangível	
42.675	
<b>53.061</b>	
<b>Acervo líquido vertido</b>	
	Capital social
	134
<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>227.231</b>	<b>227.231</b>

Com a reorganização, a Saraiva e Siciliano S.A. ("Varejo") passou a ter o controle da SE, que por sua vez, passou a ter o controle das editoras Joaquim Ltda. ("Joaquim"), Editora Pigmento Ltda. ("Pigmento") e Editora Todas as Letras Ltda. ("Todas as Letras"), assim como o controle compartilhado da Minha Biblioteca Ltda. ("Minha Biblioteca"). A participação direta da Controladora sobre o Varejo corresponde a 99,98% das ações ordinárias.

O Varejo é sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital, e-reader e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato com modelos adaptados para cada mercado composta por 112 lojas, sendo 56 do tipo "Mega Store", 3 em formato para aeroporto, 7 no formato "Town", 18 "Novas Tradicionais" e 28 tradicionais. Em 18 de junho de 2015, o Varejo celebrou Contrato de Compra e Venda com a Editora Ática S.A. ("Ática"), sociedade controlada pela Somos Educação S.A. ("SOMOS") pela venda de 100% das quotas detidas da SE. O valor da transação, naquela data, foi de R\$ 725 milhões, que está sujeito a determinados mecanismos de ajuste de preço, obrigações de não competição e demais termos e condições usuais comuns em operações dessa natureza. O fechamento da operação se deu em 30 de dezembro de 2015, com a efetiva transferência das quotas da SE pelo valor atualizado de R\$ 776 milhões, ajustado inicialmente para menos em R\$ 282 milhões por estimativa de dívida líquida e de variação de capital de giro, nos termos do ajuste de preço, e com a retenção de R\$ 395 milhões em garantia do ajuste de preço final e das demais condições contratuais.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2016 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2015.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>				
22	-	-	1.772.815	1.821.453
<b>CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS</b>				
23	-	-	(1.210.787)	(1.176.865)
<b>LUCRO BRUTO</b>				
			<b>562.028</b>	<b>644.588</b>
<b>Vendas</b>				
23	-	-	(486.372)	(410.166)
23	(24.888)	(29.194)	(131.727)	(167.917)
			(37.943)	(36.486)
11	(158.186)	(39.866)	-	-
24	(1.720)	(64)	(18.550)	(4.038)
25	-	1.815	12.720	16.270
	<b>(187.142)</b>	<b>(69.488)</b>	<b>(661.872)</b>	<b>(602.337)</b>
	<b>(187.142)</b>	<b>(69.488)</b>	<b>(99.844)</b>	<b>42.251</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>				
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				
26	22.661	3.915	20.561	10.531
26	(13.759)	(10.918)	(101.039)	(72.223)
	<b>8.902</b>	<b>(7.003)</b>	<b>(80.478)</b>	<b>(61.692)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>				
	<b>(178.240)</b>	<b>(76.491)</b>	<b>(180.322)</b>	<b>(19.441)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>				
9.b)	-	-	78.669	-
9.b)	53	5	(43.515)	17.149
	<b>(178.187)</b>	<b>(76.486)</b>	<b>(145.168)</b>	<b>(2.292)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>				
31	271.891	82.240	238.882	8.039
	<b>93.704</b>	<b>5.754</b>	<b>93.714</b>	<b>5.747</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				
Atribuível à:				
			93.704	5.754
21.h)			10	(7)
			<b>93.714</b>	<b>5.747</b>
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$</b>				
28			3,51133	0,21532
28			3,51133	0,20596
<b>LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$</b>				
28			3,51133	0,21532
28			3,49351	0,20491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014** (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Lucro líquido do exercício</b>				
	93.704	5.754	93.714	5.747
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
	391	-	391	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>				
	<b>94.095</b>	<b>5.754</b>	<b>94.105</b>	<b>5.747</b>
Resultado abrangente atribuível aos:				
			94.095	5.754
21.h)			10	(7)
			<b>94.105</b>	<b>5.747</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**2.4. Principais fontes de julgamento e estimativas**

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 5
- Provisão para perdas com estoques - nota explicativa nº 6
- Impostos diferidos - nota explicativa nº 9
- Redução dos valores de recuperação dos ativos - nota explicativa nº 12
- Redução ao valor de recuperação do ágio - nota explicativa nº 13
- Programa de fidelização de clientes do Varejo - nota explicativa nº 15
- Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas - nota explicativa nº 20
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos - nota explicativa nº 29

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e suas controladas e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**a) Base de consolidação**

**Controladas**

A Controladora controla as políticas financeiras e operacionais do Varejo. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Controladora e do Varejo, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora.

**Transações eliminadas na consolidação**

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e as empresas controladas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora nas empresas investidas. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b) Operação descontinuada**

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do restante das operações.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, foi classificado como operação descontinuada o resultado das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora objeto do contrato celebrado pelo Varejo com a Ática. (nota explicativa nº 31).

**c) Receitas operacionais**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**g) Estoques**

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. A provisão para perdas com estoque do Varejo é constituída para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos ou por não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

**h) Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com o Varejo é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial.

**i) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 12). As instalações e benfeitorias nas unidades locais da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 12).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**j) Intangível**

**Adquiridos separadamente:**

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 13).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguel dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação, se não possuírem valor residual.

**Gerados internamente:**

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

**Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**Ágio**

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

**k) Avaliação do valor recuperável dos ativos**

**i. Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e as empresas controladas em condições que a Controladora e as empresas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Controladora e as empresas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Para avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Controladora e as empresas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e as empresas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

**Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e das empresas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**l) Empréstimos e financiamentos**

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício de relatório pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados a operações de "swap", registradas pelo regime de competência e ambos mensurados a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

**m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos**

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

**n) Provisões**

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 20.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

**o) Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

• Arrendamentos operacionais  
Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

• Arrendamentos financeiros  
Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

**p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

• Correntes  
As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, como segue:

As provisões para o IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

• Diferidos  
O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias do Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

**q) Receita diferida - programa de fidelização de clientes**

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida - programa de fidelização" pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

**r) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**s) Remuneração baseada em ações**

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 21 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

**t) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos".

**u) Apresentação do lucro líquido por ação**

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 28.

**v) Receitas financeiras e despesas financeiras**

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Esses juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

**w) Informação por segmento**

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o único segmento reportado à Diretoria e ao Conselho de Administração para gestão do negócio é o Varejo, uma vez que o segmento editorial foi descontinuado.

**x) Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**y) Novas normas e interpretações não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Controladora e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Controladora e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Controlada e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Controladora e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas.

• *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS 38)

• Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas

• *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26/IAS 1)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**z) Determinação do valor justo**

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 14, 21.e) e 29.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos - conta movimento	315	81.404	11.095	99.002
Aplicações financeiras - equivalente de caixa (*)	2.796	88.057	115.408	176.017
	3.111	169.461	126.503	275.019

(\*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam, em sua grande maioria, entre 99% a 100,30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Aplicações financeiras (*)	-	-	62.513	-

(\*) Aplicação financeira representada por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxa equivalente a 99% a 100,30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Duplicatas a receber	85.662	113.823	99.75	123.780
Duplicatas a receber - Varejo	-	24.450	-	-
Cartões de crédito	-	132	222.036	303.446
Cheques a receber	-	2.031	3	2.033
	85.662	140.436	321.790	429.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.186)	(5.064)	(3.430)	(7.652)
	82.476	135.372	318.360	421.607

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo ("duplicatas a receber") é de 58 dias (55 dias em 31 de dezembro de 2014).

As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard, American Express e Banco do Brasil.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
A vencer	81.016	126.768	311.316	406.256
Vencidos:				
Até 60 dias	1.287	3.968	1.958	10.122
De 61 a 90 dias	916	1.647	1.805	1.975
De 91 a 180 dias	1.221	2.461	2.473	2.922
Acima de 180 dias	1.222	5.592	4.238	7.984
	85.662	140.436	321.790	429.259

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento, de acordo com o histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irrecuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e, são baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Saldos no início do exercício	(5.064)	(3.464)	(7.657)	(5.112)
Baixa dos créditos considerados irrecuperáveis	4.078	2.690	6.300	4.069
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(3.186)	(4.078)	(3.198)	(6.203)
Reversão de provisão de exercício anterior	986	774	1.356	945
Arrendamento de exercício	-	(986)	(231)	(1.356)
Saldos no fim do exercício	(3.186)	(5.064)	(3.430)	(7.652)

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(2.125)	(2.125)
Provisão do período líquida da reversão de provisão de exercício anterior	(411)	(200)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	375	5
	(2.161)	(2.320)

**6. ESTOQUES**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas do Varejo está relacionada aos estoques sem movimentação ou baixo giro, e itens sem condição de venda, por deterioração ou obsolescência. Em virtude do atual cenário econômico e das perspectivas de desaceleração do consumo, com reflexos na dinâmica de mercado de alguns produtos, a Administração do Varejo revisou sua estimativa de perda com obsolescência e estoques de baixo giro e promoveu, nesse exercício alterações nos parâmetros e premissas utilizados para medir a obsolescência dos seus estoques. A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de provisão para perdas, no montante de R\$ 73.196 (R\$ 12.482 em 31 de dezembro de 2014). O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	1.195.519	1.159.990
Despesas operacionais	947	960
	<u>1.196.466</u>	<u>1.160.950</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	4.051	11.383	98.438	95.287
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.341	1.777	24.240	21.345
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	1.808	-	14.354
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.898	3.964	3.898	7.844
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	2.075	173	3.255
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (i)	147	105	54.664	48.879
Contribuição Previdenciária - INSS	182	497	2.256	1.044
Outros	97	50	178	86
	<u>10.716</u>	<u>21.659</u>	<u>183.847</u>	<u>192.094</u>
Ativo circulante	<u>10.716</u>	<u>21.659</u>	<u>145.746</u>	<u>154.615</u>
Ativo não circulante	-	-	<u>38.101</u>	<u>37.479</u>
	<u>10.716</u>	<u>21.659</u>	<u>183.847</u>	<u>192.094</u>

(i) Inclui o valor de R\$ 54.524 (R\$ 48.774 em 31 de dezembro de 2014), correspondente ao ICMS das operações do Varejo, demonstrado como segue:

a) R\$ 5.239 (R\$ 18.374 em 31 de dezembro de 2014) - ICMS retido por substituição tributária - ICMS ST em operações de abastecimento realizadas a partir do Centro de Distribuição - CD localizado no Estado de São Paulo para os estabelecimentos localizados em outras unidades da Federação no período de abril de 2008 a junho de 2012, objeto de ressarcimento instruído em 2013, nos termos do Decreto nº 57.608/2011 e do Regime Especial deferido em 2013 para simplificação das informações e obrigações acessórias. O valor compensado no exercício com o ICMS ST devido nas operações de abastecimento no Estado de São Paulo foi de R\$ 13.134 (R\$ 14.997 em 31 de dezembro de 2014);

b) R\$ 36.107 (R\$ 22.510 em 31 de dezembro de 2014) - ICMS e ICMS ST correspondente ao saldo entre débitos e créditos, apurados mensalmente pelas apurações normais dos estabelecimentos do Varejo;

c) R\$ 13.178 (R\$ 7.890 em 31 de dezembro de 2014) - outros créditos de ICMS ST, substancialmente, relacionados às operações de abastecimento do Varejo.

(ii) Inclui créditos das contribuições PIS/COFINS, originários das operações da Controladora e do Varejo, no montante de R\$ 122.665 (R\$ 116.622 em 31 de dezembro de 2014) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2012 e 2015, não compensado até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

8. CONTAS A RECEBER PELA VENDA DO SEGMENTO EDITORIAL

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 363.860, líquido de provisão para ajuste de preço nos termos do contrato no valor de R\$ 31.564 (R\$ 337.111, registrado no ativo circulante e de R\$ 26.779 no não circulante) refere-se a venda do segmento editorial comentado na nota explicativa nº 1.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	29.801	56.096
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	826	600	8.785	6.064
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	37	8.499	7.715
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	677	1.171
Provisão para obsolescência de estoque	3.459	-	28.346	4.244
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	335	54	417
Perda não realizada em operação de "swap"	12	183	12	183
Provisão participação nos resultados e gratificações	354	1.000	4.487	1.879
Provisão para premiação sobre vendas	-	1.250	-	1.250
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	272	3.388
Provisão para Ajuste de preço contábil final - venda do segmento editorial	-	-	10.732	-
Outras provisões	476	386	1.201	1.220
	<u>5.146</u>	<u>3.791</u>	<u>92.866</u>	<u>83.627</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	-	10.831	17.743	28.682
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	4.963	26.573	31.526
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	30.682	12.643
Provisão parcela efetiva Hedge account	-	-	201	-
Valor justo - operação de câmbio	-	-	-	93
Impostos diferidos - combinação de negócios	-	-	-	4.012
Outros	3	3	3	3
	<u>5.813</u>	<u>21.607</u>	<u>81.012</u>	<u>82.769</u>
	<u>(667)</u>	<u>(17.816)</u>	<u>11.854</u>	<u>858</u>
Ativo não circulante	-	-	<u>12.521</u>	<u>22.686</u>
Passivo não circulante	<u>(667)</u>	<u>(17.816)</u>	<u>(667)</u>	<u>(21.828)</u>
	<u>(667)</u>	<u>(17.816)</u>	<u>11.854</u>	<u>858</u>

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora, realizáveis no exercício em caso de solução final das ações judiciais impetradas e realização das demais diferenças temporárias. Em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias do Varejo, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(178.240)	(76.491)	(180.322)	(19.441)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	60.602	26.007	61.310	6.610
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(19)	(82)	(2.015)	(1.314)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(53.783)	(13.554)	-	-
Imposto sobre operações descontinuadas	-	-	13.244	24.219
Créditos fiscais não registrados	(6.747)	(12.366)	(37.385)	(12.366)
	<u>53</u>	<u>5</u>	<u>35.154</u>	<u>17.149</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	-	-	78.669	-
Diferidos	53	5	(43.515)	17.149
	<u>53</u>	<u>5</u>	<u>35.154</u>	<u>17.149</u>
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	-0,03%	-0,01%	-19,50%	-88,21%

10. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo e subscrição de capital.

Os empréstimos obtidos e/ou concedidos de e/ou para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 110% da variação do CDI.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas doações no montante de R\$ 1.035 (R\$ 759 em 30 de setembro de 2014).

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Saldo no início do exercício	-	-
Empréstimos concedidos líquidos dos recebimentos	115.231	(121)
Receitas financeiras	12.824	121
Saldo no fim do exercício	<u>128.055</u>	<u>-</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Saldo no início do exercício	-	22.143
Empréstimos obtidos	-	67.715
Pagamentos efetuados	-	(90.850)
Despesas financeiras	-	992
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos e transações com o Varejo são como segue:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Saldo:		
Ativo:		
Contas a receber (circulante) - nota explicativa nº 5	-	24.450
Empréstimos concedidos - contrato de mútuo (não circulante)	128.055	-
Passivo:		
Fornecedores (circulante) - nota explicativa nº 16	7	7
	<u>128.062</u>	<u>24.457</u>
Transações:		
Receitas financeiras	12.824	121
Despesas financeiras	-	992

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Pró-labore do Conselho de Administração	3.093	2.866	4.119	4.344
Pró-labore da Diretoria	2.769	7.659	5.174	11.271
Subtotal	5.862	10.525	9.293	15.615
Participação nos lucros	-	639	-	639
Remuneração baseada em ações	68	195	68	195
Outras remunerações	351	487	538	728
	<u>6.281</u>	<u>11.846</u>	<u>9.899</u>	<u>17.177</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

11. INVESTIMENTOS

A participação na controlada e suas principais informações são como segue:

	31/12/15		31/12/14		Todas as Letras	Total
	Varejo	Varejo	Minha Biblioteca	SE		
Quantidade de ações ou quotas do capital social - milhares	249.121	216.490	2.000	120	10.000	10.000
Quantidade de ações ou quotas possuídas - milhares	249.081	216.450	500	119	9.900	9.900
Participação no capital social	99,98%	99,98%	25,00%	99,00%	99,00%	99,00%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Editora (inclui empréstimos de mútuo)	67,42%	51,20%	0,03%	7,56%	0,00%	0,00%
Capital social atualizado	363.579	326.317	2.000	120	10	10
Patrimônio líquido	362.087	256.271	658	11.399	10	10
Prejuízo líquido da SE - descontinuada	-	-	-	-	-	-
(-) Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(8.394)	(14.302)	-	-	-	(14.302)
Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	-	-	-	7.788	-	7.788
Total	<u>353.693</u>	<u>241.969</u>	<u>658</u>	<u>19.187</u>	<u>10</u>	<u>261.844</u>
Ágio	-	-	-	16.581	-	16.581
Valor do investimento	<u>353.693</u>	<u>241.921</u>	<u>164</u>	<u>35.712</u>	<u>10</u>	<u>277.827</u>

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora é composta como segue:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	(164.121)	(36.905)
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	5.908	(2.969)
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>(158.213)</u>	<u>(39.874)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(158.186)</u>	<u>(39.866)</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Saldo no início do exercício	277.827	312.677
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	5.907	(2.969)
Participação no resultado do Varejo	68.153	(36.899)
Participação reflexa no hedge account do Varejo	391	-
Participação no resultado da Minha Biblioteca	-	15
Participação no resultado da SE	-	5.818
Integralização de capital na empresa - Joaquim	-	10
Integralização de capital na empresa - Pigmento	-	10
Integralização de capital na empresa - Todas as Letras	-	10
Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da SE	-	(845)
Baixa de Investimento - SE	1.551	-
Baixa de Investimento - MB	(164)	-
Baixa de Investimento - Joaquim	(10)	-
Baixa de Investimento - Pigmento	(10)	-
Baixa de Investimento - Todas as Letras	(10)	-
Saldo no fim do exercício	<u>353.635</u>	<u>277.827</u>

As principais informações do Varejo são como segue:

	31/12/15		31/12/14	
	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	
Ativo total	1.580.330	1.261.243	1.261.243	
Passivo circulante e não circulante	1.218.243	1.004.973	1.004.973	
Patrimônio líquido	362.087	256.270	256.270	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>		
Receita operacional líquida	1.773.443	1.821.761		
CMV	(1.250.369)	(1.248.406)		
Lucro bruto	523.074	573.355		
Despesas operacionais	(593.211)	(548.889)		
Depreciações	(35.594)	(34.307)		
Outras	(4.110)	(10.480)		
Resultado operacional	(109.841)	639		
Resultado financeiro	(89.380)	(54.689)		
Resultado antes dos impostos	(199.221)	(54.050)		
Imposto de renda e contribuição social	35.101	17.145		
Resultado líquido das operações continuadas	(164.120)	(36.905)		
Resultado líquido das operações descontinuadas	232.284	-		
Lucro (prejuízo) líquido	<u>68.164</u>	<u>(36.905)</u>		

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		31/12/15		31/12/14	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	18.527	-	18.527	18.527
Edifícios e construções	4	8.006	(5.561)	2.445	8.006
Máquinas e equipamentos	10	860	(846)	14	2.035
Móveis, utensílios e instalações	10	7.653	(5.790)	1.863	9.725
Benefeitorias em imóveis de terceiros (*)	-	5.422	(3.312)	2.110	11.535
Veículos	20	-	-	1.146	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	31/12/14	Adições	Baixas	Transfe- rências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/15
Depreciação acumulada:						
Edifícios e construções	(6.320)	(374)	-	-	-	(6.694)
Máquinas e equipamentos	(2.903)	(532)	1.034	-	-	(2.401)
Móveis, utensílios e instalações	(50.589)	(5.979)	3.218	(1.861)	-	(55.211)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(141.279)	(12.607)	2.901	1.861	-	(149.124)
Veículos	(1.310)	(190)	1.116	-	-	(384)
Equipamentos de informática	(45.418)	(5.895)	8.695	-	-	(42.618)
Imobilizado arrendado	(1.344)	(387)	-	-	-	(1.731)
Total da depreciação	(249.163)	(25.964)	16.964	-	-	(258.163)
Valor líquido	118.341	(13.240)	(5.108)	-	(632)	99.361

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas e constituiu provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$ 632.

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amorti- zação - %	Controladora			Consolidado		
		31/12/15		31/12/14		31/12/14	
		Custo	Amorti- zação acumu- lada	Valor líquido	Custo	Amorti- zação acumu- lada	Valor líquido
Ágio	-	-	-	19.522	(4.926)	14.596	
Cessão de direitos Software	20	-	-	10.521	(6.187)	4.334	
Marcas e patentes	-	711	(372)	33.297	(20.755)	12.542	
Outros intangíveis	20	-	-	188	-	188	
Intangível em andamento	-	-	-	1.722	(1.722)	-	
		23.815	23.815	22.162	-	22.162	
		24.526	(372)	24.154	87.412	(33.590)	
						53.822	

As alterações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

	Taxa anual de amorti- zação - %	Controladora			Consolidado		
		Custo	Amorti- zação acumu- lada	Valor líquido	Custo	Amorti- zação acumu- lada	Valor líquido
Ágio	-	79.248	(16.578)	62.670	115.352	(21.504)	93.848
Cessão comercial	20	33.411	(31.788)	1.623	33.542	(30.028)	3.514
Cessão de direitos Software	20	90.188	(43.142)	47.046	119.198	(52.117)	67.081
Marcas e patentes	-	63	-	63	2.593	(68)	2.525
Outros intangíveis	20	-	-	-	2.715	(2.038)	677
Intangível arrendado	20	1.215	(1.099)	116	1.215	(983)	232
Intangível em andamento	-	33.486	-	33.486	25.057	-	25.057
		237.611	(92.607)	145.004	320.581	(114.544)	206.037

Do montante apresentado na coluna de baixas, R\$ 42.675 refere-se à contribuição para o aumento de capital na SE realizada no exercício, comentada na nota explicativa nº 1.

	Consolidado					
	31/12/14	Adições	Baixas	Transfe- rências	Recu- perável	31/12/15
Custo:						
Ágio	115.352	-	(36.104)	-	-	79.248
Cessão comercial	33.542	-	(131)	-	-	33.411
Cessão de direitos Software	20.909	452	(21.361)	-	-	19.900
Marcas e patentes	119.198	1.551	(33.764)	3.203	-	90.188
Outros intangíveis	2.593	-	(2.530)	-	-	63
Intangível arrendado	2.715	-	(2.715)	-	-	-
Intangível em andamento	1.215	-	-	-	-	1.215
Total do custo	25.057	24.626	(12.994)	(3.203)	-	33.486
Amortização acumulada:						
Ágio	(4.926)	-	4.926	-	-	-
Cessão de direitos Software	(6.187)	(298)	6.485	-	-	-
Marcas e patentes	(20.755)	(1.224)	21.607	-	-	(372)
Outros intangíveis	(1.722)	-	1.722	-	-	-
Total da amortização	(33.590)	(1.522)	34.740	-	-	(372)
Valor líquido	53.822	14.441	(44.109)	-	-	24.154

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve a existência de indicadores de perda de valor recuperável.

Ágio

	Data de aquisição	Controladora	
		31/12/15	31/12/14
Ágio na aquisição de empresa:			
Formato	04/08/03	-	70
Ético	07/12/07	-	14.526
		-	14.596

	Data de aquisição	Consolidado	
		31/12/15	31/12/14
Ágio na aquisição de empresa:			
Formato	04/08/03	-	70
Ético	07/12/07	-	14.526
Siciliano	06/03/08	62.671	62.671
SE	06/06/13	-	16.581
		62.671	93.848

Siciliano

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 16,3% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receltas: projetadas de 2016 a 2020 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receltas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano, bem como no crescimento das receltas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Em moeda nacional:				
BNDES	-	241.930	58.798	327.191
Empréstimos para capital de giro	10.022	10.014	260.249	175.717
Custos de captação a amortizar	-	-	(7.454)	(277)
Arrendamento financeiro	23.060	12.381	23.937	13.922
	33.082	264.325	335.531	516.553
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	-	18.797	340.357	316.429
Valor justo - operação "swap"	-	(2.140)	-	(31.739)
	-	16.657	340.357	284.690
	33.082	280.982	675.888	801.243
Passivo circulante	13.386	50.549	324.495	503.677
Passivo não circulante	19.696	230.433	351.393	297.566
	33.082	280.982	675.888	801.243

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contra- tação	Venci- mento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CNBB	Agosto/2013	Abril/2018	Aval Livraria e recebíveis	R\$ 10.000	116,40% Variação CDI a.a.
HP Financial Services S.A.	Software e manutenção	Leasing	Novembro/2015	Janeiro/2021	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S.A.	Software e manutenção	Leasing	Dezembro/2014	Fevereiro/2020	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI

Varejo:

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contra- tação	Venci- mento	Garantias	Valor contratado	Encargos
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito A	Julho/2014	Fevereiro/2020	Aval Editora	R\$ 17.929	1,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito B	Julho/2014	Fevereiro/2020	Aval Editora	R\$ 71.715	1,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito C	Julho/2014	Agosto/2019	Aval Editora	R\$ 338	3,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito D	Julho/2014	Agosto/2019	Aval Editora	R\$ 338	3,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos no capital de giro	PROCULT Subcrédito E	Julho/2014	Agosto/2019	Aval Editora	R\$ 39.224	2,48% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos em tecnologia de plataformas de conteúdo digital social	PROCULT Subcrédito F	Julho/2014	Fevereiro/2020	Aval Editora	R\$ 7.740	0,98% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	Oper 4.131 com swap	Janeiro/2015	Janeiro/2018	Aval Editora e recebíveis	R\$ 235.000	109,80% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CNBB	Agosto/2012	Julho/2018	Aval Editora e recebíveis	R\$ 108.500	116,40% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CNBB	Julho/2015	Agosto/2018	Aval Editora e recebíveis	R\$ 80.000	120,00% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CNBB	Novembro/2015	Abril/2016	Aval Editora	R\$ 9.000	130,00% Variação CDI a.a.
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	Oper 4.131 com swap	Novembro/2015	Maio/2016	Aval Editora	R\$ 54.121	125,50% Variação CDI a.a.
Banco Santander S.A.	Capital de giro	CNBB	Janeiro/2015	Janeiro/2016	Aval Editora	R\$ 44.000	2,92% a.a. + CDI a.a.
Banco ABC Brasil S.A.	Capital de giro	Oper 4.131 com swap	Setembro/2015	Setembro/2016	Clean	R\$ 20.000	3,60% a.a. + CDI a.a.
Banco IBM S.A.	Aquisição de software	Leasing	Novembro/2011	Feveiro/2017	Bem arrendado	R\$ 2.812	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 7% (5% em 31 de dezembro de 2014).

Financiamentos com o BNDES

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

Contratações	Controladora	Varejo	Consolidado
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Valores contratados em 2014	-	137.294	137.294
Liberações	(86.988)	(122.518)	(209.506)
Valores não liberados - contrato 2011	-	(1.322)	(1.322)
Saldos a liberar	-	62.837	62.837

Os empréstimos contratados em 2011 pela Controladora e Varejo foram liquidados, respectivamente, em 3 de setembro de 2015 pelo montante de R\$ 21.944; e em 6 de agosto de 2015 pelo montante de R\$ 20.256.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants") para a Controladora e para o Varejo

Contratos celebrados com o Varejo em 2014

O contrato assinado com Varejo está garantido por aval da Controladora que deverá manter durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros apurados anualmente em balanço consolidado auditado por empresa de auditoria independente:

- Razão Dívida Onerosa Líquida/EBITDA - inferior a 2,50
- Razão Exigível/Ativo total - inferior a 0,65

Para fins de cálculo dos índices financeiros, são consideradas as seguintes definições:

i) Dívida onerosa líquida = soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) mais dívida com aquisição de empresas e parcelamentos tributários, deduzidos das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras) e recebíveis de cartão de crédito.

ii) Exigível = somatório passivo circulante e não circulante.

iii) EBITDA = Lucro operacional menos os encargos de depreciação e amortização.

Para fins de comprovação, a Controladora deverá apresentar anualmente até 30 de maio as demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos, a Controladora deverá constituir no prazo de 90 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantia fidejussória, formalizada mediante carta de fiança, a ser prestada por instituição financeira, salvo se nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho, apresentarem os níveis mínimos exigidos. Os índices exigidos nas demonstrações contábeis relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 não foram atingidos. O Varejo constituiu garantia através de fiança contratada com os Bancos Itaú e Santander para suprir a garantia contratual.

Empréstimos para capital de giro

A Controladora possuía em 31 de dezembro de 2015 empréstimos no montante de R\$ 33.082 (R\$ 26.671 em 31 de dezembro de 2014), utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro.

Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz - hedge accounting

Com o objetivo de alongamento do prazo médio da dívida e adequação das necessidades de capital de giro, em janeiro e setembro de 2015 o Varejo contratou com os bancos Itaú BBA e ABC Brasil operações de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962 - repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de "swap" com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós-fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$ 235.000 (US\$ 89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o ABC Brasil foram contratadas em 22 de setembro de 2015, no montante de R\$ 20.000 (US\$ 5.135 mil) com taxa de juros de 6,95% a.a., com vencimento em 22 de setembro de 2016. Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge com o objetivo de compensar os riscos cambiais e de variação de taxas de juros.

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Em 23 de janeiro de 2015, o Varejo contratou empréstimos com o Santander no montante de R\$ 44.000, com vencimento para 23 de janeiro de 2016, sujeito a variação monetária pelo CDI e juros de 2,92% a.a. Os empréstimos estão avaliados pela Controladora. Em 31 de dezembro de 2015, o Varejo possuía empréstimos no montante de R\$ 499.881 (R\$ 433.459 em 31 de dezembro de 2014) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas.

Em abril de 2015 para adequação dos fluxos de caixa da Controladora e do Varejo foi realizada a consolidação de parte dos vencimentos dos empréstimos contratados junto ao Banco do Brasil S.A. A repactuação contratual efetuada para o montante consolidado de R\$ 118.500 (R\$ 10.000 Controladora) dilatou o prazo em três anos com amortizações trimestrais e carência de um ano a uma taxa de 116,4% do CDI.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants") para a Controladora e para o Varejo

Contrato com o Banco Itaú BBA Internacional

O contrato assinado com Varejo está garantido por aval da Controladora e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (recebíveis de cartão de crédito e débito). A Controladora deverá apresentar durante a vigência do contrato, em suas demonstrações financeiras consolidadas revisadas por empresa de auditoria independente os seguintes índices apurados semestralmente, a contar de 30 de junho de 2015:

- Razão Dívida Onerosa Líquida/EBITDA - inferior a 2,50
- Razão Exigível/Ativo total - inferior a 0,65

Para fins de cálculo dos índices financeiros, são consideradas as seguintes definições:

a) Dívida onerosa líquida = total do endividamento oneroso, incluindo financiamentos, duplicatas descontadas com direito de regresso, mútuos, impostos parcelados e debêntures, deduzido das disponibilidades (caixa, aplicações financeiras e recebíveis de cartão de crédito).

b) EBITDA = resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização. Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos no período de apuração, o Varejo deverá realizar o pagamento de uma remuneração não restituível de 1%, incidente sobre o saldo devedor do Contrato na data da respectiva apuração em até dez dias a contar da notificação a ser enviada pelo credor. Se os índices previstos não forem observados por dois períodos consecutivos, ao Banco ficará facultada a possibilidade de vencer antecipadamente o contrato.

Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2015

	Exigido	Atingido
Razão Dívida onerosa líquida/EBITDA menor ou igual	2,50	0,55
Razão Exigível/Ativo total menor ou igual	0,65	0,70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fornecedor - nacional	39.400	37.761	363.696	381.237
Fornecedor - exterior	478	1.063	6.255	4.508
Fornecedor - Varejo	7	7	-	-
	<u>39.885</u>	<u>38.831</u>	<u>369.951</u>	<u>385.745</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

17. CESSÃO DE CRÉDITOS DE FORNECEDORES COM TERCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mercado local (risco sacado)	13.399	21.165	16.131	50.613

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Controladora e do Varejo, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Essa operação não trouxe nenhuma obrigação adicional a Controladora e sua controlada.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	298	4.139	1.868	5.516
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	28	98	408	228
Programa de Integração Social - PIS	-	11	35	29
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	187	117
Imposto sobre Serviços - ISS	4	21	191	185
Parcelamento de tributos - Lei nº 12.996/14 (a)	-	-	2.201	2.021
Contribuição Sindical/Assistencial	5	-	33	50
	<u>335</u>	<u>4.269</u>	<u>4.923</u>	<u>8.146</u>
Passivo circulante	335	4.269	2.846	6.125
Passivo não circulante	-	-	2.077	2.021
	<u>335</u>	<u>4.269</u>	<u>4.923</u>	<u>8.146</u>

(a) Em 25 de agosto de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Varejo instruiu pedido de parcelamento para débitos tributários nos termos da Lei nº 12.996/2014, relacionados a compensações não homologadas de tributos federais, com créditos de PIS e COFINS apurados em 2007 e 2008, no montante de R\$ 2.245, sendo parte desse valor, no montante de R\$ 1.331 atribuída ao valor a pagar aos vendedores da empresa adquirida em 2008 (Siciliano S.A.). O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 143 (R\$ 229 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	Despesa	Pagamento	31/12/15
Férias	3.929	2.198	(5.376)	751
13º salário	-	1.929	(1.929)	-
Salários a pagar	958	24.991	(25.929)	20
FGTS a recolher	1.113	3.458	(4.091)	480
INSS a recolher	3.117	2.902	(4.974)	1.045
Participação nos resultados	4.964	(644)	(3.307)	1.013
	<u>14.081</u>	<u>34.834</u>	<u>(45.606)</u>	<u>3.309</u>

Do montante apresentado na coluna de pagamento, R\$ 12.676 refere-se à contribuição para o aumento de capital na SE realizada no exercício, conforme comentado na nota explicativa nº 1.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	Despesa	Pagamento	31/12/15
Férias	13.914	15.066	(19.077)	9.903
13º salário	-	11.385	(11.385)	-
Salários a pagar	958	134.281	(133.010)	2.229
FGTS a recolher	3.030	18.580	(19.404)	2.206
INSS a recolher	8.513	16.064	(16.749)	7.828
Participação nos resultados	7.549	8.425	(8.960)	7.014
Bônus eventual (provisão)	-	3.400	-	3.400
	<u>33.964</u>	<u>207.201</u>	<u>(208.585)</u>	<u>32.580</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS  
A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	Constituição/ (Reversão)	31/12/15	Constituição/ (Reversão)
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	599	-	599	-
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.118	24	1.142	-
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	134	554	688	-
	<u>1.851</u>	<u>578</u>	<u>2.429</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	Constituição/ (Reversão)	31/12/15	Constituição/ (Reversão)
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	13.315	96	13.411	-
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.808	64	2.872	-
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	1.363	3.947	5.310	-
ICMS - Auto de infração (d)	1.664	26	1.690	-
	<u>19.150</u>	<u>4.133</u>	<u>23.283</u>	<u>-</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS. As ações estão garantidas por depósitos judiciais, classificadas no ativo não circulante no valor de R\$ 14.370 (consolidado). Relativamente às ações impetradas pela Controladora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS - Lei nº 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS - Lei nº 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve a interposição de Recurso Especial pela União e pelo Varejo, sendo que os referidos recursos encontram-se pendentes de julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

(b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Controladora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Controladora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Controladora e o Varejo foram intimadas a realizar os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$ 99 para a Controladora e a R\$ 1.237 para o Varejo. O valor que liquida o crédito tributário ainda está em discussão, e será definido após conclusão de trabalho pericial. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

(c) Processos trabalhistas da Controladora e do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$ 627 e R\$ 2.430, respectivamente. Processos cíveis da Controladora, no montante estimado de perda de R\$ 61 e do Varejo, substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes do Varejo, no montante estimado de perda de R\$ 2.192.

(d) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$ 533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$ 1.683 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/15	Acréscimo/ (Baixa)
PIS/COFINS (a)	1.391	95	1.486	-
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066	-
Outros processos judiciais e administrativos	6.235	-	7.451	-
Processos judiciais trabalhistas	176	175	351	-
	<u>13.868</u>	<u>270</u>	<u>15.354</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/15	Acréscimo/ (Baixa)
PIS/COFINS (a)	13.946	424	14.370	-
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066	-
Outros processos judiciais e administrativos (b)	13.061	9.177	22.238	-
Processos judiciais trabalhistas	586	510	1.096	-
	<u>33.659</u>	<u>10.111</u>	<u>43.770</u>	<u>-</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.

(b) Inclui o montante de R\$ 10.889 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originários de liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS na importação do leitor digital - LEV.

Passivos contingentes  
A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$ 460.739, sendo R\$ 309.248 para a Controladora e R\$ 151.491 para o Varejo (R\$ 353.190 em 31 de dezembro de 2014, sendo R\$ 264.041 para a Controladora e R\$ 89.149 para o Varejo).  
A composição dos principais passivos é como segue:

Natureza do processo	Objeto	Valor Estimado Consolidado
a) Processos de natureza tributária		
INSS	Autos de infração contra a Editora por falta de recolhimento sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	9.380
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Representados substancialmente por processos administrativos da Editora e Varejo relacionados a compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL, sendo que alguns garantidos por depósitos judiciais no montante consolidado de R\$ 6.944 e outros processos de naturezas variadas	307.577
ICMS	Autos de infração lavrados em 2013 contra o Varejo relacionados a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual	23.397
	A Editora e o Varejo discutem, administrativa e judicialmente, processos tributários de naturezas variadas.	55.568
	Mandado de Segurança impetrado pelo Varejo em doze Estados, com Liminar Deferida para sete Estados para reconhecer a imunidade do ICMS sobre a comercialização do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer alíquota zero sobre as vendas do leitor digital - LEV, com Linhares deferidas para 5 (cinco) dos 13 (treze) processos até 31 de março de 2015	não estimável com segurança

Natureza do processo	Objeto	Valor Estimado Consolidado
b) Tributos incidentes sobre processos de importação - II, IPI, ICMS, PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para 26 (vinte e seis) processos de importação (cargas) para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre a importação do leitor digital - LEV	16.400
c) Processos de natureza cível	Ação indenizatória ajuizada pela Livraria Cultura e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Editora e Varejo para discutir suposto plágio de projeto arquitetônico	1.779
	Diversas ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas a contratos de locação de suas lojas físicas	18.931
	Outros processos cíveis da Editora de naturezas variadas e do Varejo relacionados a ações individuais de relações de consumo	2.188
d) Processos de natureza trabalhista	Diversas ações trabalhistas contra a Editora e Varejo que discutem substancialmente a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho em contratos de prestação de serviço	25.519

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social  
Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Controladora, no montante de R\$ 279.901 (R\$ 279.901 em 31 de dezembro de 2014), está representado por 28.596.123 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.  
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/AGE realizada em 28 de abril de 2015 foi aprovada a alteração do estatuto social da Controladora para majorar o limite do capital autorizado. A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.  
As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:  
• Direito de voto restrito, na forma do estatuto.  
• Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.  
• Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.  
• Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.  
Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97  
Em reunião do Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2014, com base no estatuto social, foi deliberada autorização para a aquisição de até 510.173 ações ordinárias escriturais e até 1.581.128 ações preferenciais escriturais de emissão da Controladora para permanência em tesouraria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas 1.581.128 ações preferenciais e 15.700 ações ordinárias a um custo médio de R\$ 16,29 e R\$ 14,84 por ação, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 25.996. A Controladora mantém 1.910.078 ações em tesouraria, sendo 1.894.378 ações preferenciais (1.894.378 em 31 de dezembro de 2014) e 15.700 ações ordinárias (15.700 em 31 de dezembro de 2014), representadas por R\$ 30.686 (R\$ 30.686 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 233 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, com valor de mercado de R\$ 9.418 (R\$ 9.493 por ação preferencial e R\$ 5,00 por ação ordinária - cotação em 31 de dezembro de 2015).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio  
É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.  
A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.  
O cálculo do dividendo mínimo obrigatório para os exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	93.704	5.754
Constituição da reserva legal	(4.685)	(288)
Lucro líquido ajustado	<u>89.019</u>	<u>5.466</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>22.255</u>	<u>1.367</u>
Dividendo mínimo obrigatório por ação - R\$	<u>0,83394</u>	<u>0,05121</u>

	31/12/15	31/12/14
Dividendo mínimo obrigatório	22.255	-
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	-	1.219
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	148
	<u>22.255</u>	<u>1.367</u>

	31/12/15	31/12/14
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	-	19.884
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	2.409
	<u>-</u>	<u>22.293</u>
Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto	<u>22.255</u>	<u>23.660</u>
Total por ação - R\$	<u>0,83394</u>	<u>0,88660</u>

d) Reserva legal  
Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora constituiu reserva legal no montante de R\$ 4.685 (R\$ 288 em 2014), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora  
Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 16 de julho de 2014, foi aprovado o 7º Programa, outorgando opções de compra de 882.000 ações preferenciais escriturais. Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.  
O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Despesas operacionais", no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/14	No exercício findo em 31/12/15		
2011 - 6º Programa	256	-	256	-
2014 - 7º Programa (1ª tranche)	82	(19)	63	-
2014 - 7º Programa (2ª tranche)	68	24	92	15
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	61	22	83	70
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	58	21	79	118
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	55	20	75	161
	<u>580</u>	<u>68</u>	<u>648</u>	<u>364</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	6º Programa	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	125.000	176.400	176.400	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercíveis	(79.100)	-	-	-	-	-
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	(45.900)	(132.000)	(132.000)	(132.000)	(132.000)	(132.000)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2015	-	44.400	44.400	44.400	44.400	44.400

No período entre 10 de março e 30 de maio de 2014, as opções equivalentes a 45.900 ações do 6º Programa não foram exercidas e expiraram.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foram ajustados os números de opções nos montantes equivalentes a 375.000 e 285.000, respectivamente.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	6º Programa	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	24/11/11	16/07/14	16/07/14	16/07/14	16/07/14	16/07/14
Início do prazo de exercício das opções	10/03/14	11/05/15	09/05/16	08/05/17	10/05/18	13/05/19
Término do prazo de exercício das opções	30/05/14	11/09/15	09/09/16	06/09/17		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Empréstimos denominados em moeda estrangeira

A Controladora e o Varejo captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 14), para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixada e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de "swap" firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixadas sujeitas à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$	
	31/12/15	31/12/14
Empréstimos e financiamentos	257.108	284.690
Swap	(257.108)	(284.690)
Exposição líquida	-	-

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos contratos de "swap" em aberto é como segue:

Banco	Vencimento	Valor de referência		Banco		Indexador	Juros	Valor justo
		(nacional)	Indexador	Juros	Juros			
ABC Brasil	20/09/16	20.000	US\$	6,95% a.a.	CDI	3,60% a.a.	314	
Itaú	22/01/18	235.000	US\$	3,53% a.a.	CDI	109,80% a.a.	(82.834)	
Itaú	24/11/15	54.122	US\$	3,25% a.a.	CDI	126,50% a.a.	(729)	
		<u>309.122</u>					<u>(83.249)</u>	

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.111	169.461	189.016	275.019
Contas a receber de clientes	82.476	135.372	318.360	421.602
Outros créditos	-	1.963	-	1.963
	<u>85.587</u>	<u>306.796</u>	<u>507.376</u>	<u>698.584</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o consolidado apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 3.430 (R\$ 7.657 no em 31 de dezembro de 2014), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas insituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	39.885	-	-	-	39.885
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	13.399	-	-	-	13.399
Empréstimos e financiamentos	9.156	13.591	27.216	400	50.362
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	34.149	-	1.977	-	36.126
	<u>96.589</u>	<u>13.591</u>	<u>29.193</u>	<u>400</u>	<u>140.773</u>

Operação	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	371.104	-	-	-	371.104
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	16.131	-	-	-	16.131
Empréstimos e financiamentos	336.677	220.722	154.669	400	712.468
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	45.131	-	1.977	-	47.108
	<u>768.043</u>	<u>220.722</u>	<u>156.646</u>	<u>400</u>	<u>1.145.811</u>

Em abril de 2015 foi realizada a consolidação de parte dos vencimentos dos empréstimos contraídos junto ao Banco do Brasil. A repactuação contratual efetivada para o montante consolidado de R\$ 118.500 (R\$ 10.000 Controladora) dilatou o prazo em três anos com amortizações trimestrais e carência de um ano.

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Controladora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Empréstimos:		
Utilizado	523.208	456.284
Não utilizado	-	243.716
Financiamentos:		
Utilizado	54.447	258.321
Não utilizado	82.837	370.645

k) Garantias concedidas

	Consolidado
	31/12/15
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	39.500
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	9.936
Cartas de fiança em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES	137.284
	<u>186.720</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$ 8.209 (R\$ 2.583 em 31 de dezembro de 2014).

l) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.111	3.111	189.016	189.016
Valor justo - operação "swap"	-	-	83.249	83.249
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	82.476	82.476	318.360	318.360
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	33.082	33.368	335.531	270.178
Fornecedores	39.885	39.885	369.951	369.951
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	13.399	13.399	16.131	16.131
Arrendamento operacional, direitos autorais e outras obrigações	36.126	36.126	50.149	50.149
Passivos - valor justo				
Empréstimos e financiamentos			340.357	340.357

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas - Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) - O valor justo para as operações com derivativos da Controladora e do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Controladora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 - premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	315	2.796	-	3.111
	<u>315</u>	<u>2.796</u>	<u>-</u>	<u>3.111</u>
	<u>315</u>	<u>2.796</u>	<u>-</u>	<u>3.111</u>

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Valor justo - operação "swap"

Resultado líquido de operações descontinuadas

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Com a reorganização societária ocorrida em junho de 2015, a gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, passou a ser realizada através do único segmento denominado "Varejo".

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico [saraiva.com.br](http://saraiva.com.br).

31. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado das operações do segmento editorial, objeto do Contrato de Compra e Venda de Quotas e outras Avenças celebrado entre o Varejo com a Ática pela venda da SE.

O segmento Editora não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração de resultados comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro para apresentação da operação descontinuada separadamente das operações continuadas, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita operacional líquida	425.008	511.735	385.426	460.249
CPV	(191.967)	(168.212)	(186.059)	(175.652)
Lucro bruto	233.041	343.523	199.367	284.597
Despesas operacionais	(156.781)	(245.623)	(156.153)	(254.405)
Equivalência patrimonial	233.376	4.987	-	(830)
Depreciações	(1.747)	(5.848)	(1.747)	(5.910)
Outras	(12.369)	2.496	320.486	2.524
	62.479	(243.988)	162.586	(258.621)
Lucro operacional	295.520	99.535	361.953	25.976
Despesas financeiras	(16.947)	(9.028)	(16.947)	(9.092)
Receitas financeiras	1.465	746	1.465	772
	(15.482)	(8.282)	(15.482)	(8.320)
Lucro líquido antes do IR	280.038	91.253	346.471	17.656
IR diferido	17.096	(737)	54.713	(737)
IR despesa	(25.243)	(8.276)	(162.302)	(8.880)
Resultado das operações descontinuadas	<u>271.891</u>	<u>82.240</u>	<u>238.882</u>	<u>8.039</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$ 238.882 (2014: R\$ 8.039) é totalmente atribuído aos acionistas controladores. Do resultado operacional de operações continuadas, (R\$ 145.195) (R\$ 2.285 em 2014), é atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de (usado em) operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	215.821	37.973	214.932	35.113
Caixa líquido das atividades de investimento	(186.361)	(19.330)	76.108	(14.430)
Caixa líquido das atividades de financiamento	57.470	292.676	20.450	218.476
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	<u>86.930</u>	<u>311.319</u>	<u>311.490</u>	<u>239.159</u>

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas dos seguros são assim demonstradas:

	31/12/15	31/12/14
Lucros cessantes	100.000	50.000
Incêndio - importância máxima	57.000	61.000
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Jorge Eduardo Saraiva

Presidente

Jorge Saraiva Neto

Vice-Presidente

Olga Maria Barbosa Saraiva

Membro

Eduardo Valente de Castro

Ricardo Doria Durazzo

Pedro Henrique Chermont de Miranda

Membros Independentes

**DIRETORIA**

Jorge Saraiva Neto

Diretor-Presidente

Marcus dos Santos Mingoni

Vice-Presidente Financeiro

Marcelo Ubriaco

Vice-Presidente de Negócios de Varejo

Luís Cláudio Correa Villani

Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Davi Hernandes Garcia – Contador – CRC 1SP146453/O-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Aos Acionistas da Saraiva S.A. Livres Editores ("Companhia") – O Conselho Fiscal da Companhia, por seus membros efetivos, analisou: (i) o Relatório Anual da Administração; (ii) as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, incluindo o Relatório da KPMG Auditores Independentes, contendo opinião sem ressalva a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, emitido nesta data (iii) a proposta da Administração para retenção do dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 22,3 milhões, equivalentes a 25% do saldo do lucro líquido do exercício, para constituição da Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, pois sua distribuição se mostra incompatível com a atual situação financeira da Companhia. Com base nas suas verificações, o Conselho Fiscal é de opinião que o Relatório Anual da Administração e as demonstrações contábeis mencionadas nos itens (i) e (ii) bem como a proposta descrita no item (iii) acima, estão em condição de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária previstas para ocorrer no dia 29 de abril de 2016.

Julio Sergio de Souza Cardozo

Presidente

João Verner Juenemann

Vice Presidente

São Paulo, 28 de março de 2016.

Rodrigo R. Monteiro de Castro

Secretário

Daniel Vinicius Alberini Schricke

Sérgio Ramires Saizano

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Saraiva S.A. Livres Editores**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva S.A. Livres Editores ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em